

PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA E/OU TRANSTORNOS NA REDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA-MG

Rodrigo Santos Cruz ¹
Brenda da Conceição Oliveira ²
Vitória Ketley Braga ³
Roselane Teixeira Ramalho ⁴
Elaine Cristina Damaceno ⁵

A pesquisa tem como base a abordagem social dos desafios enfrentados pelos estudantes, a qual reconhece que as restrições vivenciadas pelas pessoas com deficiência não derivam somente de suas condições físicas ou sensoriais, mas resultam também das barreiras que o ambiente físico, social e cultural impõe. Conforme a professora Maria Teresa Eglér Mantoan a inclusão efetiva no ambiente escolar ocorre quando não há barreiras arquitetônicas, com a adotam práticas de ensino adequadas às diferenças, contemplando a diversidade educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações (Mantoan, 2003).

A acessibilidade é um princípio fundamental para a promoção da igualdade de direitos, oportunidades e participação ativa de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em todas as esferas da vida. Neste sentido, a constituição federal de 1988 garante a pessoa com deficiência:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 1988, art.3º)

A lei de acessibilidade tem um impacto direto no ensino público, uma vez que demanda a criação de ambientes e práticas que permitam a participação ativa e igualitária de todos os alunos. A implementação bem-sucedida desses princípios não apenas beneficia os alunos com deficiência, mas enriquece a experiência educacional de todos e fortalece a ideia de que a educação é um direito fundamental acessível a todos, sem exceção.

¹ Graduando do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, santos.cruz@ufvjm.edu.br;

² Graduanda do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, oliveira.brenda@ufvjm.edu.br;

³ Graduanda do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, vitoria.ketley@ufvjm.edu.br;

⁴ Graduanda do Curso de Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, roselane-teixeira.ramalho@ufvjm.edu.br;

⁵ Professora supervisora: Pós graduada em Arte em Educação pela UEMG, elaine.diamantina@yahoo.com.br.

A relevância dessa lei é multifacetada. Primeiramente, ela reafirma o compromisso do Estado em assegurar que a infraestrutura física e tecnológica seja projetada de forma inclusiva desde o início, eliminando barreiras que possam restringir a participação daqueles que enfrentam desafios de mobilidade. Além disso, a lei reconhece a necessidade de incluir informações e comunicações de maneira acessível, garantindo que pessoas com deficiência sensorial ou cognitiva também tenham acesso a conteúdo essenciais.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência e/ou transtorno na rede pública de ensino de Diamantina – MG, sob a percepção dos profissionais, além de verificar como tem sido tratada a inclusão pelos órgãos educacionais responsáveis.

O presente trabalho se caracteriza como qualitativo e transversal. A amostra foi composta por 7 escolas públicas municipais e estaduais de Educação Básica de Diamantina – MG.

As respostas dos profissionais das escolas aqui estudadas serão apresentadas neste estudo como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário pelos próprios pesquisadores e inserido no *Google Forms* com questões fechadas e abertas sobre dados gerais da escola, como total de alunos matriculados, tempo da escola no município e dados específicos sobre a inclusão de alunos com deficiência e transtorno, como o número total de alunos, os tipos de deficiência/transtorno, a existência de sala de recursos e profissionais surdos nestas.

Neste serão analisadas as respostas subjetivas (abertas) dos profissionais das escolas com relação à acessibilidade. As questões seguem:

- *Como a escola promove a acessibilidade desse público?*
- *Como a inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou transtornos é tratada pela escola e pelo governo?*
- *Poderia nos dar alguma sugestão sobre como melhorar a inclusão de PcD e/ou transtornos na Educação Básica?*

Após análise das respostas à luz da literatura, foi possível fazer recortes de trechos mais significativos, que serão apresentados a seguir.

No que tange à acessibilidade promovida pelas escolas pesquisadas, foi possível perceber que, em sua maioria, os profissionais da educação ainda pensam somente na acessibilidade arquitetônica e transferem a responsabilidade da inclusão para os profissionais de apoio que acompanham os estudantes com deficiência e/ou transtorno, como pode ser visto nas falas:

Como a escola promove a acessibilidade desse público?

“Mobiliário adaptado, rampas” (E3).

“Com o auxílio da professora de apoio, apenas” (E4).

“Com inclusão, com disponibilidade de transporte, com rampas modulares” (E6).

“Com rampas, elevadores” (E5).

“Buscando criar condições de espaços adequados ao cuidado com os mesmos” (E7).

Lopes (2018) adota o termo Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE) para designar o profissional de apoio. Sendo assim, o mesmo autor tece:

Ainda sem função e atribuições bem definidas, sem perfil profissional específico e condições de trabalho desconhecidas, a figura desses PAIE, relativamente, recente nas políticas de escolarização, tem-se tornado cada vez mais frequente e conflituosa nos contextos escolares. [...] esse personagem pode constituir um apoio importante para viabilizar o processo de inclusão escolar de estudantes que requerem esse tipo de apoio, mas que pode ser também usado como mecanismo de barateamento e simplificação do sistema de apoio. (p. 9).

Pode-se perceber que o profissional de apoio é o coração do processo de inclusão nas escolas, uma vez que são corresponsáveis pela educação dos estudantes público alvo da Educação Especial, ainda assim, não são valorizados e não possuem boas condições de trabalho.

Com relação à segunda pergunta feita aos profissionais da educação nas escolas pesquisadas: “Como a inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD) e/ou transtornos é tratada pela escola e pelo governo?”. As seguintes respostas foram ofertadas:

“Com respeito a sua diferença, para lhes proporcionar um ambiente acolhedor” (E2).

“Esses alunos são recebidos e são realizadas reuniões com suas famílias. Também é solicitado um relatório de um profissional especializado” (E5).

“Com descaso em relação a aprovação de profissionais e matérias para acessibilidade dos alunos que apresenta alguma dificuldade no ensino-aprendizagem” (E4).

Percebe-se que os discursos são bem diferentes, apesar de as políticas de inclusão serem as mesmas, uma vez que vem de cima para baixo. Enquanto em uma escola tem-se a percepção de que o governo acolhe o estudante com deficiência e sua família, já em outra trata-se com “descaso” os profissionais e os alunos. É necessário salientar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tornou-se uma base de política afirmativa para a inclusão de estudantes público alvo da Educação Especial, porém, não tem sido aplicada de maneira coerente em todos os ambientes educacionais, fator preocupante.

A terceira e última pergunta sobre a inclusão, na verdade foi uma solicitação de sugestão de como melhorar a inclusão de PcD e/ou transtornos na Educação Básica. As sugestões mais relevantes foram:

“Ampliação do prédio escolar para que seja possível criação da sala de recursos” (E1).

“Uma sugestão seria que as universidades garantam que, após a conclusão do curso, os profissionais estejam aptos a exercer suas funções como educadores e saibam como trabalhar de inclusiva com esses alunos” (E4).

Realizar cursos capacitantes que garantam uma melhor formação e compreensão dos nossos profissionais” (E5).

“Preparo do corpo docente / Adaptação do projeto pedagógico / Conhecer o estudante de forma integral / Fomentar um ambiente de cooperação e livre de preconceitos / Parceria entre escola e família, entre outros” (E6).

Dentre as sugestões que mais foram colocadas pelos profissionais da educação entrevistados, os cursos e formação continuada na área da inclusão foram as que mais chamaram a atenção, ou seja, os profissionais da educação ainda não se sentem preparados para lidarem, de maneira, completa, com os estudantes com deficiência e/ou transtorno. Além disso, a parceria entre escola e família também foi um fator importante mencionado e deve ser basilar na construção de uma boa relação entre instituição educacional e família. Neste sentido, Da Silva e Klumpp (2020) trazem que “a relação empática entre escola e família pode facilitar o processo de inclusão, pois tanto a família quanto a escola podem trabalhar como parceiras visando o mesmo objetivo: o desenvolvimento das potencialidades do aluno com deficiência e sua consequente inclusão” (p. 4611).

O presente trabalho teve como objetivo compreender o processo de inclusão dos estudantes com deficiência e/ou transtorno na rede pública de ensino de Diamantina – MG, sob a percepção dos profissionais, além de verificar como tem sido tratada a inclusão pelos órgãos educacionais responsáveis.

Neste sentido, foi possível depreender que o processo de inclusão na rede pública de ensino de Diamantina tem sido percebido somente como uma acessibilidade arquitetônica, com a criação de rampas de acesso, transporte, mobiliário adequado, além disso, tem-se colocado muita responsabilidade no profissional de apoio que acompanha os estudantes público alvo da Educação Especial. No entanto, não está havendo uma preocupação na formação do cidadão com deficiência e/ou transtorno, nem na formação do profissional que acompanha este estudante.

No que tange à como a inclusão vem sendo tratada pelo governo e escola, o que ficou mais evidente foi o descaso na formação dos profissionais de apoio e a relevância da relação entre família e escola para reforçar os vínculos.

Por fim, com relação às sugestões para uma melhor inclusão, os profissionais sugeriram que houvesse capacitações para todos os educadores, mas principalmente para os profissionais de apoio que acompanham os estudantes com deficiência e/ou transtorno, uma vez que percebem que a formação ainda é muito generalista e, muitas vezes, não atende às demandas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto Pedagogia EAD e Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Palavras-chave: Inclusão, Estudantes com deficiência e/ou transtornos, acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

DA SILVA, C. R. B.; KLUMPP, C. F. B. A importância da relação família-escola na educação inclusiva de aluno com deficiência. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 4611–4629, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n3-055.

LOPES, M. M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003.